



J. R. Guzzo

A loucura da liberdade

A té algum tempo atrás, na Rússia comunista, o sujeito que discordava do regime democrático-popular então em vigência por lá era preso e internado num hospício – em geral, por períodos de 15 anos. A ideia-mãe desse tipo de providência era bem simples. Só mesmo um louco poderia estar dizendo esse tipo de coisa, e lugar de louco é no hospício. De lá para cá o sistema KGB para o tratamento de opiniões não aceitáveis foi emigrando para as sociedades mais democráticas do planeta, e hoje é a estrela-guia das camadas sociais que descrevem a si próprias como “progressistas”. A

prática corrente não exige a prisão em hospício – pelo menos para a maioria dos que ofendem a religião ideológica imposta a todos. Mas mantêm intacto o princípio da ditadura soviética: quem diz coisas contrárias ao pensamento único dos que mandam na vida pública é chamado de “louco”.

Ninguém oferece uma prova mais cristalina dessa realidade do que o presidente da Argentina, Javier Milei. Ele tem um problema fundamental: é a principal, talvez a única, voz entre os chefes de Estado no mundo de hoje que fala em favor da liberdade. Para a maior parte da mídia mundial, as classes ilumina-

das e os bilionários com “pegada social”, é um escândalo. Como alguém pode estar falando num absurdo desses – liberdade? O tempo em que se conside-

Sistema KGB para opiniões não aceitáveis é a estrela-guia dos que se descrevem como ‘progressistas’

rava a liberdade um valor positivo já acabou, na opinião deles todos. Ao contrário: trata-se de uma das ideias mais perigosas em circulação hoje em dia no planeta. Dá para imaginar algu-

ma liderança tida como “democrática” falando em liberdade? Alguém seria capaz, ainda, de sustentar que os homens nascem livres e têm o direito de viver como querem desde que cumpram a lei? Dizer isso virou uma ameaça à democracia, tal como ela é entendida pelas autoridades constituídas. É loucura.

Não se demonstra, pela lógica comum, o que há de errado com as propostas de Milei. Ele diz que, sem liberdade, não é possível construir nenhum tipo de sociedade onde valha a pena viver. Diz que só o trabalho, o talento e o mérito são capazes de criar riqueza. Diz que a noção pela qual os representantes do

povo devem ter mais direitos que os representados, ou tratamento legal melhor do que o deles, é demente. Diz que todo homem público tem de receber do Estado as mesmas condições de vida do cidadão comum. Diz que não há registro na história de que algum regime socialista tenha criado uma sociedade próspera. O que há de louco em qualquer coisa dessas?

Mas é aí, justamente, que está o problema todo – falar a verdade tornou-se uma ameaça. Como não é possível dizer que Milei está errado, dizem que ele é débil mental. ●

JORNALISTA

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quincenalmente) • TER. Eliane Cantanhêde • QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quincenalmente) • QUI. William Wasick • SEX. Eliane Cantanhêde • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

João Henrique Hummel

‘Poder está no Congresso, que pode mudar a Constituição’

— Consultor vê como ‘perigosa’ a tática do governo de recorrer ao Supremo contra reveses no Legislativo



Mostrou que, se essas três frentes se unirem, têm poder significativo dentro do Congresso. Mostrou que, unidas, conseguem fazer maioria. Se conseguem fazer maioria, conseguem derrubar o veto e colocar outra pauta. Será que estão organizadas para isso? Qual seria a reação do governo? Acho que nenhum dos dois lados está preparado para isso, mas a possibilidade existe.

Há convergência entre essas bancadas para se opor ao governo?

Agente não pode esquecer que temos uma eleição agora que vai consolidar quais partidos vão sobreviver em 2026 (com mais prefeituras, as siglas terão mais cabos eleitorais para deputados e senadores). O recado dessas bancadas pode ser dado tanto em projetos de lei como nas urnas. Esse debate irá para dentro do plenário.

Como avalia a estratégia do governo de obter decisões favoráveis via STF?

Acho perigoso. O poder está no Congresso, que pode mudar a Constituição. O Senado pode criar impeachment de ministro do Supremo. Hoje, o STF e o Lula são contra o porte de arma, mas o Supremo pode falar que não pode ter arma? Não, porque teve um plebiscito. Já pensou se o Congresso resolve colocar todos os temas que o Supremo quer votar em plebiscitos? Drogas, aborto.

Como vê o movimento do governo de recorrer ao STF em pautas econômicas?

Tem pautas e pautas. A questão do precatório não é uma coisa definida por esse governo. Agora, se entrar na desoneração, eu acho que o Supremo estará comprando briga com outro Poder. A imagem dele (STF) pode ficar chumuscada. ●

ENTREVISTA

Engenheiro agrônomo e consultor político, fundou o Instituto Pensar Agro e a FPA; é diretor executivo da Action Consultoria

IANDER PORCELLA
GIORDANNA NEVES
BRASÍLIA

O consultor político e diretor executivo da Action Consultoria, João Henrique Hummel, avalia que a estratégia do governo Lula de contar com o Supremo Tribunal Federal (STF) para reverter derrotas no Congresso é “perigosa”. Em entrevista ao *Estado/Broadcast*, o analista disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem muita habilidade política, mas que a nova relação entre os Poderes da República ainda é um aprendizado.

Fundador do Instituto Pensar Agro (IPA), que estruturou a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), ele afirmou também que, se houver uma união entre a chamada bancada BBB (boi, bala e bíblia), o Palácio do Planalto pode ter problemas no Parlamento em 2024.

O sr. disse em 2023 que Lula precisava se afastar do PT e se aproximar do Congresso para governar. Ele conseguiu fazer isso?

Lula tem uma habilidade política muito interessante. Ele está cada dia mais entendendo o ambiente em que está. Ele percebeu o seguinte: temas polêmicos nos quais acredita, mas que não tem certeza de que vai conseguir construir maioria na sociedade, ele está evitando. Então, ele não precisou se afastar do PT, mas precisou se afastar do conceito que ele tem de Estado. Ele está medindo qual o tamanho do espaço que tem para fazer isso, de várias formas.

Como assim?

Minimizando um pouco o que tramita dentro do Congresso, tentando fazer o que pode administrativamente e tentando buscar um apoio, uma pressão no Judiciário para amenizar e mitigar possíveis danos (no Congresso), dentro dos princípios que ele tem. Ele não se afastou do PT, mas amenizou o impeto de implementar o que prometeu na campanha.

Como avalia a relação entre o governo e o Congresso no primeiro ano deste mandato?

Foi um aprendizado para todo mundo. Tivemos coisas novas.

Por exemplo: um governo que não tem um bloco de maioria (no Congresso). É a primeira vez que tem isso claro. Segundo ponto: é a primeira vez que tem uma quantidade (tão grande) de dinheiro na mão dos parlamentares, via emendas impositivas. Os parlamentares não sabiam nem onde gastar. É uma relação diferenciada do Executivo com o Legislativo.

“Já pensou se o Congresso resolve colocar todos os temas que o Supremo quer votar em plebiscitos? Drogas, aborto”

Viu-se nos últimos anos esse fortalecimento do Congresso. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias, os parlamentares tentaram dar mais um passo no controle do Orçamento, com o calendário de emendas. Lula vetou essa medida. O veto pode gerar uma crise?

Lula está fazendo um teste para saber qual é a sua capacidade de negociação e de articulação. Ele vetou pontos cruciais que eram de importância para os parlamentares na LDO. Ele propôs a medida provisória (da reorganização da folha de pagamento), está

empurrando com a barriga para saber até onde ele vai poder negociar e ganhar alguma coisa. Vai depender também da capacidade do governo de empurrar e pagar as emendas.

A bancada ruralista teve influência em vários projetos no ano passado, como a reforma tributária. O que esperar da relação da FPA com o governo?

A FPA tem um suporte técnico muito bem estruturado. Há uma capacidade, em termos de impactos regulatórios para o setor, de sentar à mesa e negociar. É o diferencial (do agronegócio no Congresso) em relação aos outros setores da economia. A FPA pode construir maioria em temas específicos, está dentro de quase todos os partidos. A pauta propositiva da FPA pode trazer constrangimentos para o governo.

Em que sentido?

Porque nem sempre a pauta da agropecuária é uma pauta ideológica da esquerda.

Na LDO, as bancadas ruralista, evangélica e da bala se uniram para aprovar um destaque que proíbe o financiamento de ações da pauta defendida pela esquerda. Foi um recado ao governo?